

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Eu, **NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE PROPONENTE**, portador da carteira de identidade nº *****.XXX.****, expedida pelo **ORGÃO/UF**, CPF *****.XXX.***-****, na condição de representante legal da **NOME COMPLETO DA PROPONENTE/RAZÃO SOCIAL**, CNPJ nº **00.000.000/0000-00**, declaro para os devidos fins, nos termos dos art. 26, caput, inciso VII, e art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:

- (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou
- (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE
Nome do dirigente e cargo que ocupa, para fins de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Os demais dados estão na aba "Cadastro" do Transferegov.
Presidente XXXXXXXXXXXX
Diretor Administrativo XXXXXXXXXXXX
Diretor Financeiro XXXXXXXXXXXX
Assessor Jurídico XXXXXXXXXXXX

PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE PROPONENTE

1º membro e presidente do Conselho Fiscal XXXXXXXXXXXX
2º membro e secretário XXXXXXXXXXXX
3º Membro XXXXXXXXXXXX

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:
 - (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;
 - (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
 - (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Município, xx de xxxxx de 20xx.

Nome do Responsável da Entidade Proponente
(CARGO)